

Notícias Sindicais, 01/09/14

Diap, 30/08/14

Marina Silva e a Organização Sindical

Marina Silva é defensora da Convenção 87 da OIT, que trata da liberdade e autonomia sindical plena, e contra qualquer tipo de contribuição sindical que não seja voluntária.

Quando senadora da República pelo estado do Acre, Marina Silva foi a relatora do PLC 151/92, da Câmara dos Deputados, que propunha a extinção gradual do imposto sindical.

Em seu parecer, entretanto, a senadora Marina Silva defendeu a extinção imediata.

Na votação do parecer pela extinção da contribuição, a também então senadora Emília Fernandes (PDT-RS) apresentou um voto em separado, mantendo a contribuição sindical. O voto em separado da senadora Emília foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, consequentemente o parecer da senadora Marina foi rejeitado.

Inconformada com a derrota, a senadora Marina Silva apresentou, em 2001, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 136, que propunha a extinção imediata da contribuição sindical. O projeto recebeu parecer favorável do então relator, senador Waldeck Ornellas (BA), mas não chegou a ser votado e foi arquivado em 2007, no término da legislatura.

Por fim, veja resumo dos principais argumentos de Marina Silva e de Emília Fernandes em relação à contribuição sindical.

O PLC 151/92 teve origem no PL 1.002/88 de autoria do então deputado Paulo Paim, apresentado com objetivo de destinar às entidades sindicais os 20% do imposto sindical que abastecem a conta emprego e salário do Ministério do Trabalho e Emprego. Em sua tramitação na Câmara, o então relator deputado Luiz Roberto Pontes (PMDB-RS) inverteu o sentido da proposição e propôs a extinção gradual da contribuição sindical.

Veja aqui todos os links sobre a matéria

http://www.diap.org.br/images/Parecer_Marina_Silva_PLC151_1992.pdf

http://www.diap.org.br/images/Parecer_Emilia_Fernandes_PLC151_1992.pdf

http://www.diap.org.br/images/PLS_136_2001.pdf

http://www.diap.org.br/images/stories/WaldeckOrnelas_parecer_PLS_136_2001.pdf

http://www.diap.org.br/images/principais_pontos_plc151_1992.pdf

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1154527&filenam e=Avulso+-PL+1002/1988

Portal da CUT

Elite brasileira é quem paga menos impostos

Fundação Perseu Abramo promoveu debate em parceria com a campanha TTF-Brasil

Escrito por: Fundação Perseu Abramo • Publicado em: 29/08/2014 - 17:07 • Última modificação: 29/08/2014 - 17:12

O Ciclo de Debates sobre Democracia Econômica, promovido pela Fundação Perseu Abramo (FPA) em parceria com a campanha Taxas sobre Transações Financeiras (TTF-Brasil) teve nova sessão no dia 29 de agosto e debateu "O país dos impostos injustos: a urgência da Reforma Tributária". A terceira sessão foi coordenada pelo jornalista Antonio Martins.

O economista Evilásio Salvador, mestre e doutorando em Política Social na Universidade de Brasília (UnB), alertou que é preciso perguntar à sociedade "quem vai financiar o Estado e suas funções. Quem tem mais renda, paga menos imposto e não quer mudar isso". Defendeu que o momento eleitoral é propício para levar o tema a mais pessoas e voltou a afirmar que o "Brasil tem a elite que menos paga tributos".

Salvador apresentou um cardápio de possibilidades no sentido de mudar o sistema tributário hoje em curso no país: tributar renda, patrimônio, grandes fortunas e itens como jatinhos e helicópteros, além das transações financeiras e alterações no ICMS estadual, entre outras sugestões.

Para o ex-presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal, Paulo Gil, o debate é "feito de forma superficial. E é importante que partidos políticos e movimentos sociais se envolvam com esse tema".

Gil defende também que há quem acredite que o sistema tributário de hoje não é injusto, e faz um questionamento: "quais são os segmentos sociais que arcam com os investimentos que o Estado brasileiro faz?". Ele entende que a questão tributária é política e sua reforma não ocorre em razão da correlação de forças seja no Congresso Nacional, seja na sociedade.

E para ele, é a herança patrimonialista da formação do nosso país que explica injustiças tributárias. Gil também apontou para caminhos que levem à diminuição da tributação do consumo

de baixa renda, desoneração da cesta básica, a tributação do sistema financeiro e de itens como energia elétrica, IPTU e IPVA e também a sugestão de taxaço de produtos danosos ao meio ambiente.

O economista Jorge Mattoso optou por debater os motivos históricos que levaram o Brasil a ter o atual sistema tributário e que geram ideais como a que "paga-se muito e recebe-se pouco ou a elevada carga tributária versus baixa qualidade de serviços".

"Esta situação não é de hoje. E mesmo com crescimento econômico, veio acompanhado de concentração de renda apesar da mobilidade econômica e social dos últimos anos. Os mais ricos continuam mais ricos. Além de desigual o nosso país tem uma elite que busca a qualquer custo manter seus privilégios", declarou Mattoso.

Ele defende que só será possível dar continuidade aos processos de crescimento e distribuição de renda se forem enfrentados os desafios do investimento e produtividade. E a questão tributária faz parte deste debate. As forças progressistas devem tornar público este tema para indicar no parlamento e nas propostas futuras".

Ciclos de Debate

A FPA e a TTF Brasil promovem o Ciclo de Debates sobre Democracia Econômica, uma série de seis encontros, para aprofundar a discussão sobre temas relativos à taxaço de transações financeiras, tais como a Reforma Tributária, Paraísos Fiscais, Controle de fluxos financeiros, dentre outros.

O primeiro debate abordou a taxaço de fluxos financeiros. O segundo ocorreu no dia 8 de agosto, o tema dos paraísos fiscais. Os convidados foram Ladislau Dowbor, professor de pós-graduação da PUC/SP em economia e administração, e Clair Hickmann, auditora fiscal da Receita Federal do Brasil.

Todos os debates sobre o Ciclo de Democracia Econômica terão transmissão exclusiva da tevêFPA por meio do portal da Fundação Perseu Abramo: www.fpabramo.org.br, e estarão disponíveis no canal da FPA no Youtube. O próximo debate será no dia 29, com a reforma tributária como pauta.

A FPA também realiza, em parceria com a Fundação Friedrich Ebert (FES), o Ciclo de Debates sobre Democracia. Acompanhe as notícias sobre os dois ciclos no site exclusivo: <http://www.fpabramo.org.br/ciclosfpa/>

Portal da UGT

Alckmin diz que vai recorrer para não readmitir metroviários

29/08/2014

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), afirmou nesta sexta-feira, 29, que vai recorrer da decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região (TRT-2) que determinou a readmissão de 10 dos 40 funcionários dispensados pelo Metrô após a greve que paralisou a maior parte do sistema no início de junho.

Ontem, uma antecipação de tutela (espécie de liminar) foi anunciada. Nela, há a previsão de retorno dos funcionários ao trabalho em até cinco dias após a notificação da empresa. A decisão é do juiz do Trabalho Thiago Melosi Sória, da 34.ª Vara do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região (TRT-2).

Os 40 dispensados pela empresa, controlada pelo governo do Estado, entraram conjuntamente com processos na Justiça para tentar voltar aos seus postos de trabalho. Todos alegam inocência dos supostos delitos imputados pela direção do Metrô, como quebra-quebra na Estação Ana Rosa, quando a Tropa de Choque da Polícia Militar invadiu o local para dispensar os manifestantes. A força policial fez uso de cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo. O caso dos demais ainda está sendo apreciado pela Justiça, em outros quatro processos.

Em diversas ocasiões, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) havia dito que não voltaria atrás da decisão de demitir os grevistas. O secretário estadual dos Transportes Metropolitanos, Jurandir Fernandes, também foi enfático em suas declarações contra o reingresso dessas pessoas à empresa.

Fonte: Estadão

Portal da CSB

CSB reúne Direção Nacional para debater organização e cenário político

Encontro será realizado nos dias 10 e 11 de setembro

A Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) realizará, nos próximos dias 10 e 11 de setembro, em Guarulhos, São Paulo, a reunião da sua Direção Nacional.

Em pauta estarão temas como o fortalecimento da entidade, a ampliação de filiação nos estados, organização e a posição da Central diante do novo cenário eleitoral.

“A CSB é a central que mais cresce. Nossa central vem demonstrando uma unidade extraordinária e uma capacidade de crescimento ímpar. Vamos conversar com os companheiros e debater profundamente os próximos passos da CSB”, afirmou o presidente da Central, Antonio Neto.

Segundo o presidente, o novo cenário estabelecido nas eleições nacionais com o falecimento trágico do candidato do PSB à Presidência, Eduardo Campos, impõe uma reflexão maior e um debate mais profundo da Direção Nacional sobre a atuação da CSB.

Portal da CSB

Presidente do TST recebe dirigentes da CSB para debater contribuição assistencial

Ministro Antonio Levenhagen afirmou que Tribunal fará mediação com a OIT para discutir fim das restrições ao desconto da contribuição assistencial

Nesta quarta-feira (27), o ministro Antonio Levenhagen, presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), recebeu na sede do Tribunal, em Brasília, uma delegação de dirigentes da CSB para debater o cancelamento do Precedente Normativo nº 119 e da Orientação Jurisprudencial nº 17, que impedem o desconto de contribuição assistencial e confederativa de todos os trabalhadores beneficiados em Acordos e Convenções Coletivas negociados pelos sindicatos de trabalhadores.

Após ouvir as ponderações dos sindicalistas, o presidente Levenhagen afirmou que considera importante que o TST realize uma aproximação com o movimento sindical. Segundo o ministro, essa jurisprudência contra o desconto de contribuições sindicais afasta os sindicatos do Tribunal.

Antonio Neto afirmou que esta posição representa um avanço muito grande no pensamento do TST sobre o assunto, uma vez que o Precedente Normativo 119 existe há mais de 20 anos. “O movimento sindical alcançou uma vitória, a partir do momento em que o TST discute esta pauta.

Isto mostra a tendência de mudança de posição por parte do Tribunal”, ressaltou o presidente da CSB. “Este Precedente tem sido utilizado de maneira equivocada por alguns representantes do MPT, no sentido de ser um alçó de estrutura sindical brasileira”, completou.

Levenhagen explicou aos dirigentes da CSB que o regimento do Tribunal exige maioria de 14 votos para revisar ou cancelar jurisprudência da Corte. O ministro destacou também que, na votação ocorrida dia 19 de agosto, somente 12 ministros votaram pela proposta de mudança.

O Presidente do TST disse ainda que o Tribunal enfrenta um constrangimento, pois com frequência o TST homologa acordos em dissídio coletivo, com previsão de desconto de contribuição assistencial. Na sequência, o MPT ingressa com ação anulatória requerendo a devolução da contribuição descontada.

“O mais importante para nós é a necessidade de que, cada vez mais, discutamos a questão com transparência”, concluiu Neto.

OIT propõe mediação para solucionar impasse

O ministro Levenhagen revelou que a diretora da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Lais Abramo, diante do impasse surgido com a derrota de 19 de agosto, propôs uma audiência de mediação entre o TST e as centrais sindicais, sob a presidência da OIT.

Nessa audiência, prevista para outubro, será debatido o cancelamento da Súmula 119 e da OJ 17, para voltar a se formar nova jurisprudência e permitir o desconto de contribuição assistencial, mantendo-se o direito de oposição. O ministro adiantou que a SDC (Dissídios Coletivos) tem posição firmada pelo desconto da contribuição assistencial.

Antonio Neto reiterou o apoio da CSB ao Presidente do TST. Em de abril, Levenhagen concedeu entrevista defendendo o cancelamento dessa jurisprudência que contribui para o enfraquecimento financeiro dos sindicatos de trabalhadores.

O presidente da CSB aproveitou para convidar o ministro a proferir uma palestra aos dirigentes da Central, que será realizada no mês de novembro, em São Paulo. Na ocasião, Antonio Levenhagen receberá uma réplica do busto de Getúlio Vargas. A CSB foi representada por Antonio Neto, Alvaro Egea, Juvenal Pedro Cim, Maria Barbara da Costa e Igor Tiago Pereira.

Organizado por Ernesto Germano